

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO

EDITAL CMDCA/TOC Nº 001/2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE TOCANTINÓPOLIS/TO, no uso de suas atribuições que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 696 de 16 de julho de 2001, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, aprovado pela Resolução 06/2023, do CMDCA local.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Lei Municipal nº 696 de 16 de Julho de 2001 e Resolução nº 06/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tocantinópolis/TO, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público, e sendo organizado pela Comissão de Acompanhamento do Processo de Escolha Unificada dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares de Tocantinópolis, TO, a partir daqui, denominada apenas Comissão;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 01 de outubro de 2023, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em 10 de janeiro de 2024;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e dar ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar de Tocantinópolis, torna-se público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas no art. 18-B, Parágrafo único, art. 90, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 696/2001;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Tocantinópolis/TO visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para seus respectivos suplentes, bem como a formação de cadastro de reserva de cidadãos aptos a atuar como Conselheiro Tutelar;

2.4. Por força do disposto na Lei Municipal 696/2001 Cap. VI, seção II, Do Registro de Candidatura no art. 26º, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR, E DAS CARACTERÍSTICAS DO CARGO DE CONSELHEIRO CONFORME A LEI Nº 8.069/90 (ECA)

I - atender às crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.”

3.1. A função de Conselheiro Tutelar será de dedicação exclusiva, ou seja, não poderá exercer outra função ou atividade que possa interferir em sua jornada de trabalho em horário comercial.

4. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

4.1. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal, é assegurado o direito a:

I – salário mínimo vigente

II – cobertura previdenciária;

III – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV – licença-maternidade;

V – licença-paternidade;

VI – gratificação natalina.

4.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

4.2.1. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

4.3. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

4.4. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

4.5. O funcionamento do atendimento será realizado conforme o Regimento Interno do Conselho Tutelar.

4.5.1. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, conforme disposto no art. 9º da Resolução 231/2022 do CONANDA.

4.5.2. O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte, previamente estabelecido em escala, de acordo com os termos do respectivo Regimento Interno.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA

5.1. O processo de escolha se dividirá em 03 (três) etapas.

I - A primeira etapa, de caráter avaliativo e eliminatório, compreenderá a inscrição e a análise de documentos.

II – A segunda etapa, de caráter eliminatório, prova objetiva de habilidade específica sobre:

a) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizada pela Lei Federal nº 12.696 de 25 de julho de 2012;

b) Lei Federal nº 13.010 de 26 de junho de 2014;

c) Lei Municipal 696 de 16 de junho de 2001,

d) Políticas Públicas e Rede de atendimento e Proteção à Criança e ao Adolescente;

e) Noções básicas de informática;

f) Língua portuguesa

III – A terceira etapa de caráter eliminatório, compreenderá na eleição dos candidatos por meio de voto.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. O período de inscrição será de **10/04/2023 a 05/05/2023** (de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos determinados pela Administração Pública Municipal).

6.1.1. O período de inscrições poderá ser prorrogado a exclusivo critério da Comissão, em decorrência de interesse público, conveniência administrativa ou por motivo de força maior, mediante publicação no Diário Oficial do Município de Tocantinópolis/TO.

6.2. O local da inscrição será exclusivamente na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, na sala dos Conselhos Municipais, situada à Rua Belchior Gaspar de Queiroz, s/n, Bairro: Beira Rio, Tocantinópolis/TO.

6.3. O horário das inscrições será de 08h00min às 14h00min

6.4. Antes de efetuar a inscrição, o (a) candidato (a) deverá conhecer todo o teor do edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a candidatura à função pública de Conselheiro(a) Tutelar.

6.5. No ato da inscrição o (a) candidato (a) deverá:

a) apresentar Requerimento de Inscrição preenchido, no modelo oficial constante no Anexo I deste Edital, no qual declare atender todas as condições exigidas para a inscrição e submeter-se às normas expressas neste edital;

b) apresentar cópias dos seguintes documentos:

- CPF;
- Documento oficial com foto: Documento de identidade (RG) OU Carteira Nacional de Habilitação (CNH), OU Carteira de Trabalho, OU documento oficial com foto;
- Título de Eleitor;

- Comprovante de endereço (água, luz, telefone);
- c) apresentar Certidão Negativa Cível e Criminal que comprove não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- d) comprovar idade superior a 21 (vinte e um) anos através de cópia de um dos seguintes documentos: Cédula ou Carteira de Identidade expedida por autoridade civil, profissional ou militar;
- e) residir no município de Tocantinópolis há mais de dois anos: (apresentar declaração de residência no município há mais de dois anos); documento comprobatório no link: <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>
- f) ter concluído o Ensino Médio: cópia do Certificado ou declaração de Conclusão do Ensino Médio;
- g) comprovar experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente nos termos da declaração no anexo II
- h) estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino até 45 (quarenta e cinco) anos, nos termos do artigo 210, "7", do Decreto Federal nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966;
- i) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- j) não exercer mandato político;
- k) no ato da posse, o candidato servidor público municipal, deverá comprovar a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar;
- l) na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica.
- m) a ausência de qualquer dos documentos solicitados acarretará o indeferimento da inscrição.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA:

8.1. Após o encerramento do período de inscrições e entrega dos documentos comprobatórios dos requisitos, será divulgada a listagem das inscrições homologadas e a convocação para a realização da prova. As inscrições não homologadas serão publicadas com a respectiva fundamentação.

8.2. O candidato somente estará apto à realização da prova após a homologação de sua inscrição.

8.3. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será afixada no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Câmara de Vereadores, no Diário Oficial do Município - DOM, Ministério Público, Defensoria Pública, Fórum da Comarca de Tocantinópolis e no site da Prefeitura <http://tocantinopolis.to.gov.br/>.

9. DO RECURSO DA NÃO HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

9.1. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Edital, mediante requerimento dirigido ao CMDCA e entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h no endereço citado no subitem 6.2, contendo as razões de recurso ou no endereço eletrônico cmdca47@gmail.com.

10. DA COMPOSIÇÃO E DA REALIZAÇÃO DAS FASES DA 2ª ETAPA – PROVA OBJETIVA DE HABILIDADE ESPECÍFICA

10.1. A prova de conhecimentos versará sobre:

- a) Lei Federal nº 8.069/1990 - O teste escrito de conhecimento da Lei Federal nº 8.069/1990 avaliará o conhecimento e a capacidade de interpretação do texto legal.
- b) Lei Municipal 696/2001 - O teste escrito de conhecimento da Lei Municipal avaliará o conhecimento acerca das atribuições do conselheiro (a) tutelar, da vacância, dos direitos, das vantagens, das férias, das licenças, do tempo de serviço, dos deveres, das proibições, da acumulação e da responsabilidade, das penalidades e do processo administrativo disciplinar.
- c) Políticas Públicas - O teste escrito de conhecimento sobre políticas públicas avaliará o conhecimento acerca de noções básicas das políticas destinadas à defesa, atendimento e promoção dos direitos da criança e do adolescente e da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- d) Noções básicas de informática - O teste escrito de conhecimento de noções básicas de informática avaliará o conhecimento acerca de: Operação com arquivos em ambiente Windows, Conhecimentos básicos de arquivos e pastas, Conhecimentos básicos de editor de Microsoft Word: criação de um novo documento e impressão, Conhecimentos básicos de internet, e-mail, receber e enviar mensagens e anexos.
- e) Língua Portuguesa: O teste escrito de conhecimentos em semântica, ortografia, acentuação, pontuação e interpretação de texto.

10.2. A prova constará de 30 questões de múltipla escolha, sendo que cada questão terá apenas uma correta, no total de 100 pontos.

10.3. O candidato terá 04 horas para realizar a prova.

10.4. A prova será realizada **no dia 04/06/2023, das 08 horas às 12 horas**, em local que ainda será definido e informado no ato da inscrição.

10.5. Caso haja necessidade de alterar dia, horário da realização da prova, a Comissão publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

10.6. É de responsabilidade do candidato acompanhar, nos locais onde o Edital for publicado, eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.

10.7. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, antes da hora marcada para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e documento oficial com foto.

10.8. No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

10.9. Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas.

10.10. Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, ou por meio eletrônico.

10.11. Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

10.12. A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão. Durante o processo de amamentação, a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

10.13. Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

10.14. O gabarito será divulgado pela Comissão em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no Ministério Público, Defensoria Pública, Fórum da Comarca de Tocantinópolis/TO, e no site da Prefeitura <http://tocantinopolis.to.gov.br/>.

10.15. Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 50% da pontuação total atribuída à prova.

10.16. A relação dos candidatos aprovados será publicada e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Ministério Público, Defensoria Pública, Fórum da Comarca de Tocantinópolis e no site da Prefeitura <http://tocantinopolis.to.gov.br/>.

11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

11.1. O prazo para recurso será de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação da listagem com o respectivo gabarito.

11.2. O recurso, nos termos do Anexo III, deverá ser dirigido ao CMDCA, mediante requerimento encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Gaspar Belchior de Queiroz, s/n, Bairro: Beira Rio das 8h às 14h ou pelo endereço eletrônico cmdca47@gmail.com.

11.2.1 O recurso deverá conter: a) nome completo e número de inscrição do candidato; b) razões do recurso, com o(s) número(s) da(s) questão(ões) e exposição detalhada dos argumentos.

11.3. Não serão considerados os pedidos de revisão formulados fora do prazo ou que não atendam às exigências contidas nesse edital.

11.4. Após o julgamento do recurso, os pontos serão atribuídos a todos em caso de anulação da questão, e aos que marcaram a opção correta, em caso de alteração do gabarito.

11.5. As decisões tomadas após a análise dos recursos serão definitivas.

12. DA COMPOSIÇÃO E DA REALIZAÇÃO DA TERCEIRA ETAPA - ELEIÇÃO

12.1. Da reunião que autoriza a campanha eleitoral:

12.2. Em reunião própria, a Comissão deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste Edital, no que diz respeito, notadamente:

- a) Aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- b) Às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- c) À votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- d) À apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado (caso necessário);
- e) À definição de como o candidato deseja ser identificado (nome, codinome ou apelido etc.);
- f) A definição do número de cada candidato;
- g) Aos critérios de desempate;
- h) Aos impedimentos de servir no mesmo conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
- i) À data da posse.

12.3. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

12.3.1. O candidato que não comparecer à reunião acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão e pelos demais candidatos presentes.

12.3.2. A reunião deverá ser lavrada em ata, constando a assinatura de todos os presentes.

12.3.3. No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na urna eletrônica de votação, sendo publicada no Diário Oficial do Município e afixada no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Ministério Público, Defensoria Pública, Fórum da Comarca de Tocantinópolis e no site à Prefeitura <http://tocantinopolis.to.gov.br/>

13. DA CANDIDATURA:

- a) A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico;

- b) É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

14. DOS VOTANTES:

- a) Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município;
- b) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no seu local de votação com documento oficial com foto;
- c) Cada eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato;
- d) Não será permitido o voto por procuração.

15. DA CAMPANHA ELEITORAL:

- a) A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 12.3.3 deste edital;
- b) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos;
- c) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;
- d) As instituições (escolas, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas, outros) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar;
- e) Os debates deverão ter regulamento próprio devendo ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- f) Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 03 candidatos e serão supervisionados pelo CMDCA;
- g) Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;
- h) Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;
- i) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

16. DAS PROIBIÇÕES:

- a) É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
- b) É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:
 - 1. Entidade ou governo estrangeiro;
 - 2. Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
 - 3. Concessionário ou permissionário de serviço público;
 - 4. Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
 - 5. Entidade de utilidade pública;
 - 6. Entidade de classe ou sindical;
 - 7. Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
 - 8. Entidades beneficentes e religiosas;
 - 9. Entidades esportivas;
 - 10. Organizações não governamentais que recebam recursos públicos;
 - 11. Organizações da sociedade civil de interesse público;
 - 12. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados, outros) ao candidato;
 - 13. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

14. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 12.3.3;
15. É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho;
16. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato;
17. É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição;
18. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
19. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

17. DAS PENALIDADES:

- a) O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão;
- b) As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 2 (dois) dias do fato;
- c) O prazo será computado excluindo o dia da concretização do fato e incluindo o dia do vencimento;
- d) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana;
- e) Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda;
- f) A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão que, entendendo-a irregular, determinará a sua imediata suspensão, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

18. DA VOTAÇÃO:

18.1. A votação ocorrerá no dia 01/10/2023, em local e horário definidos pela Comissão, a ser divulgado com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Fórum da Comarca de Tocantinópolis e no site da Prefeitura: <http://tocantinopolis.to.gov.br/> .

- a) Às 17 horas do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;
- b) Somente poderão votar os cidadãos que apresentarem documento oficial com foto;
- c) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;
- d) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
- e) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;
- f) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicado à Comissão com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;
- g) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

18.2. No processo de votação, será utilizado o voto eletrônico ou com cédula se for o caso.

18.3. Será considerado inválido o voto:

- a) Cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) Cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) Cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) Cuja cédula estiver em branco;
- e) Cuja cédula tiver o sigilo violado.

18.3. Das mesas de votação:

18.3.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

18.3.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

18.3.3. Compete à cada mesa de votação:

- a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;
- b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;
- c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;
- d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão;

18.4. Da apuração e da proclamação dos eleitos:

- a) Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraindo o respectivo boletim de urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do presidente da mesa, ao presidente da Comissão;
- b) A Comissão, de posse de todos os boletins de urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos;
- c) O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA;
- d) o resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no Ministério Público, na Defensoria Pública, no Fórum da Comarca de Tocantinópolis e no site da Prefeitura: <http://tocantinopolis.to.gov.br/>, abrindo prazo para interposição de recursos;
- e) Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando os cinco seguintes como suplentes, observada a ordem decrescente de votação;
- f) Será criado um quadro de reserva a partir do 11º colocado, que poderão ser convocados, em caso de vacância do titular e do suplente, a interesse e necessidade do CMDCA.
- g) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:
 - I. Apresentar melhor desempenho na prova objetiva de conhecimento específico;
 - II. Apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;
 - III. Residir a mais tempo no município;
 - IV. Tiver maior idade.

19. DOS IMPEDIMENTOS

19.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

19.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

19.3. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

20. DOS RECURSOS

20.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento da inscrição do candidato;
- b) À aplicação e às questões da prova objetiva;
- c) Ao resultado da prova de conhecimento;
- d) À eleição dos candidatos;
- e) Ao resultado final.

20.2. O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, publicação do resultado da prova, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

20.3. O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

20.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

20.5. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 20.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

20.6. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

20.7. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

20.8. Quanto ao recurso, cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo do Anexo III:

20.9. Cabe à Comissão decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias.

20.10. O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

20.11. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

20.12. O (s) ponto (s) relativo (s) à (s) questão (ões) eventualmente anulada (s) será (ão) atribuído (s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

20.13. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

20.14. No caso eventual de alteração do gabarito, poderá ocorrer a alteração da nota inicial obtida pelo candidato.

20.15. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação na Secretaria Municipal de Assistência Social, na sala dos Conselhos, no endereço alistado no item 6.2 e por endereço eletrônico do candidato, e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

21. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

21.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias.

21.2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 03 dias.

21.3. Após a diplomação, o CMDCA terá 72 (setenta duas) horas para comunicar ao prefeito municipal da referida diplomação.

21.4. O prefeito municipal, após a comunicação da diplomação, deverá nomear os 05 (cinco) candidatos mais bem votados, ficando os próximos 05 (cinco), observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

21.5. Caberá ao prefeito municipal dar posse aos conselheiros titulares eleitos em 10 de janeiro de 2024, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

21.6. A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Tocantinópolis.

21.7. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

21.8. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, até 02 (dois) dias após a convocação, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

21.9. O candidato eleito que não for localizado pelo CMDCA automaticamente será reclassificado como último suplente.

21.10. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

21.11. No momento da posse, o escolhido deverá:

a) assinará documento no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de conselheiro tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais;

b) não responder processo administrativo, criminal ou cível;

c) não ter nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do Artigo 129 da Lei nº8.069/90;

c) estar em pleno gozo de saúde física e mental, para o exercício da função, mediante a apresentação de atestado médico.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

22.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

22.3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

22.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Ministério Público, da Defensoria Pública, e no site da Prefeitura: <http://tocantinopolis.to.gov.br/>.

22.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

22.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita mediante protocolo no endereço que consta do item 6.2.

22.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

22.8. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão.

22.9. Todas as decisões da Comissão ou do CMDCA serão devidamente fundamentadas legalmente.

22.10. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão, para garantir a fiel execução da Lei e deste Edital.

22.11. Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, no primeiro mês de exercício funcional, submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria Municipal de Assistência Social, à qual está vinculado.

Tocantinópolis/TO, 30 de março de 2023.

Edmilson Moreira de Souza
Presidente do CMDCA



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE TOCANTINÓPOLIS/TO

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO (MODELO OFICIAL)

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Identidade nº _____, CPF nº _____

Rua/Avenida/outro: _____

Nº _____, Complemento: _____, Bairro: _____

CEP nº _____ - _____ Telefone residencial: _____

Telefone celular: _____

E-mail (legível) _____

DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações acima expostas são verdadeiras, estando ciente das penalidades previstas no Código Penal Brasileiro e demais legislações pertinentes em caso de falsidade. Declaro, ainda, atender todas as condições exigidas para inscrição do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Tocantinópolis/TO, bem como declaro me submeter às normas expressas no Edital CMDCA/TO nº 001/2019, na Resolução CMDCA/TO nº 003/2019 e demais legislações pertinentes.

Tocantinópolis/TO, ____ de _____, de 2023.

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)



PREFEITURA DE
TOCANTINÓPOLIS
O Trabalho Continua
1973 2023

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO II

Eu, _____,

CPF nº _____, declaro que possuo experiência em atividade com crianças, da seguinte natureza:

Tocantinópolis, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Candidato



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO III – Formulário de recurso da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

NOME DO CANDIDATO: _____

CPF: _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____

RECURSO CONTRA A NÃO HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO

ARGUMENTOS:

PARECER FINAL DA RELATIVO AO ARGUMENTO INTERPOSTO ACIMA:

Tocantinópolis, _____ de _____ de 2023

Responsável da comissão responsável da escrita do parecer

Assinatura do membro da comissão testemunha da escrita do parecer



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO III – Formulário de recurso da PROVA OBJETIVA

UTILIZE UM FORMULÁRIO DE RECURSO PARA CADA QUESTÃO SOB RECURSO.

NOME DO CANDIDATO: _____

CPF _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____

QUESTÃO QUESTIONADA: _____ ARGUMENTOS DE RECURSO:

PARECER FINAL DA RELATIVO AO ARGUMENTO INTERPOSTO ACIMA:

TOCANTINÓPOLIS, _____ de _____ de 2023.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ESCRITA DO
PARECER

ASSINATURA DO MEMBRO DA COMISSÃO TESTEMUNHA DA ESCRITA DO
PARECER

ANEXO IV

| CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR | |
|---|--|
| DATAS | ATIVIDADES |
| 30/03/2023 | Publicação do Edital |
| 31/03/2023 | Prazo final para impugnação do Edital |
| 10/04/2023 a 05/05/2023 | Período de Inscrições dos candidatos |
| 09/05/2023 | Homologação preliminar das candidaturas à inscrição |
| 10/05/2023 à 12/05/2023 | Prazo para interposição de recursos quanto à homologação das candidaturas à inscrição |
| 16/05/2023 | Homologação definitiva das candidaturas à inscrição |
| 04/06/2023 | Prova objetiva |
| 05/06/2023 | Publicação do gabarito e resultado preliminar da prova objetiva |
| 06/06/2023 à 12/06/2023 | Prazo para interposição de recursos quanto à aplicação e resultado da prova objetiva |
| 14/06/2023 | Publicação definitiva do resultado da prova objetiva |
| 01/10/2023 | Processo eleitoral dos candidatos aptos |
| 01/10/2023 | Publicação oficial dos resultados do processo eleitoral |
| 02/10/2023 à 04/10/2023 | Prazo para interposição de recursos do processo eleitoral |
| 06/10/2023 | Publicação definitiva do resultado dos candidatos classificados para conselheiros tutelares. |
| 10/01/2024 | Posse dos 05 candidatos titulares e dos 05 suplentes. |